

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*VICTORIO BHERRING CABRAL — *Consultor*MARCOS SÁ CORRÉA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Orçamento

Crise de Apetite

A crise aguçou o apetite da representação política que, depois de uma prolongada dieta imposta pelo regime militar, sacia a sua natureza fisiológica sem qualquer pudor. O relator do Orçamento federal para 1990 elaborou o seu parecer na comissão mista levando em conta 1.500 emendas que dão a medida dos interesses políticos de uma Câmara e um Senado que vão se renovar no próximo ano. Vestiram-se todos pelo figurino do passado. Estão, portanto, obsoletos.

Um número de emendas dessa ordem de grandeza reflete, antes de mais nada, um baixo índice de espírito público. Cada um dos signatários de emendas pensou apenas no seu ínfimo horizonte eleitoral, com profundo desprezo pelo conjunto. Não chega a ser uma novidade, porque no passado o Orçamento era também entendido como uma linha de crédito, a fundo perdido, para que os políticos irrigassem o seu canteiro de votos com verbas desviadas do seu curso original. A diferença é que, no passado, esse costume gerou inflação e descrédito no regime, e encaminhou, dentro da crise, a solução corretiva por via autoritária. Tantos anos depois, vê-se que não houve correção nem regeneração dos costumes. O hábito político de servir-se do interesse público em benefício pessoal revelou-se, no entanto, mais forte do que qualquer sinal exterior de arrependimento simulado.

O Congresso recuperou o direito de emendar o Orçamento, preparado pelo Executivo mas, na volta da responsabilidade política, derrapou e perdeu a cerimônia: não foi capaz de passar no teste para distinguir onde acaba o interesse pessoal de cada representante político; e onde começa o interesse público. Na primeira oportunidade, o Congresso regrediu ao passado que deveria ser proscrito, e portou-se como se a restauração da fisiologia na votação do Orçamento fosse capaz de reforçar uma democracia onde não havia. Ou como se o trato com os *lobbies* de empreiteiras substituisse à necessidade de um elevado padrão de interesse público.

Depois do furacão que, a cada pleito, as urnas

têm liberado, a representação política não conseguiu mais raciocinar. O grau de incerteza aumentou assustadoramente para os políticos em cada eleição. Depois de sacudir o nível executivo, o eleitor se volta para o representativo. Cientes de que a eleição os espera no próximo ano, deputados e senadores não hesitam em relegar a plano secundário o interesse público. Não conseguem ver um palmo além do interesse eleitoral, em termos pessoais, na hora de votar o primeiro Orçamento desde 1967, quando perderam o direito de emenda e passaram a exercer o poder politicamente vazio de homologar a receita e a despesa preparadas pelo Executivo.

A diferença entre o passado e o presente é que o político pode não ter assimilado a lição, mas o eleitor, sem a menor dúvida, dá sinais de que aprendeu e está em condições de prestar exames nas urnas. Deputados e senadores pressentem a hecatombe representativa que mostrará como é possível castigar pelo voto, sem arranhar o regime — antes o redimindo da antiga demora entre a prática do abuso e a sanção política. Esgotou-se o modelo em que representantes políticos se reelegiam mediante apresentação de emendas fictícias, que lhes permitiam apresentar-se como patronos ou sócios de grandes obras, ou de pequenas ajudas que perderam a eficácia diante do número de votos necessários à obtenção do mandato representativo.

Muitos sinais já prenunciam mudanças que esperam apenas a oportunidade para demonstrar o nível de insatisfação traduzido em consciência do poder do voto por parte do eleitor. Estamos no começo de algo promissor, que nada tem a ver com os equívocos corretivos do passado. Com o voto, serão abatidos dois velhos equívocos: a má conduta dos políticos não justifica a punição da sociedade com a supressão da liberdade, nem garante mais a impunidade por mais um mandato. É a noção do risco eleitoral iminente que leva os políticos a perder o pudor quando deviam, ao menos, simular respeito pelos cidadãos.